

Trabalho

Subsecretaria de Relações do Trabalho - SRT
Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho - MEDIADOR

quinta-feira, 12 de janeiro de 2023

[Voltar](#) [Página Inicial](#) [Portal do MTE](#)

- Solicitação de Registro de Instrumento Coletivo
- Acordo Coletivo
- Convenção Coletiva
- Termo Aditivo
- Acordo Coletivo de Trabalho Específico (ACT Específico) **Novo**
- Continuar Solicitação
- Retificar Solicitação
- Acompanhar Solicitação
- Solicitação de Mediação
- Solicitar Mediação
- Continuar Solicitação
- Acompanhar Mediação
- Imprimir
- Imprimir Requerimento
- Consultar
- Instrumentos Coletivos Registrados
- Instruções
- Cartilha
- Cláusulas – Grupos/Subgrupos
- Contato

Solicitação de Registro de Convenção Coletiva

Número da Solicitação de Registro: **MR000332/2023**

Solicitação finalizada. O Instrumento Coletivo já se encontra registrado.

Resumo

[minimizar todos](#)

Representantes dos Trabalhadores

CNPJ: 40.955.346/0001-68 Razão Social: SIND DOS TRAB EM EMP E ORGAOS PUBLICOS E PRIVADOS DE PROC DE DADOS SERV DE INFORMAT SIMIL. E PROF DE PROC DADOS PB

Representantes dos Empregadores

CNPJ: 07.184.452/0001-10 Razão Social: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS DE INFORMATICA DO ESTADO DA PARAIBA

Endereço para contato

CEP: **58010030** Logradouro: **Rua Tenente Retumba**

Bairro: **Centro** Complemento: **Sala 103** Número: **150**

UF/Município: **PB / João Pessoa**

E-mail:

Telefone 1: **0XX83-32083116** Ramal 1:

Assembléia(s)

UF: **PB** Município: **João Pessoa** Data: **23/12/2022**

Representante(s) Legal(is)

Nome: **GUILHERME MARCONI COUTINHO DE SOUZA** Função: **Presidente**

CNPJ: 09.142.068/0001-80 Razão Social: FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DA PARAIBA

Endereço para contato

CEP: **58013190** Logradouro: **Avenida Desembargador Souto Maior**

Bairro: **Centro** Complemento: **2º andar** Número: **291**

UF/Município: **PB / João Pessoa**

E-mail: **fecomercio@fecomercio-pb.com.br**

Telefone 1: **0XX83-32083116** Ramal 1: Telefone 2: **0XX83-32412872** Ramal 2:

Assembléia(s)

UF: **PB** Município: **João Pessoa** Data: **23/12/2022**

Representante(s) Legal(is)

Nome: **JOSE MARCONI MEDEIROS DE SOUZA** Função: **Presidente**

Vigência e Data-Base

Vigência: **01/09/2022 a 31/08/2023**Data-Base: **01/09**

Categoria(s) Abrangida(s) pela Convenção Coletiva

Descrição: **Empregados nas Empresas de Processamento de Dados**

Abrangência Territorial da Convenção Coletiva

Água Branca/PB
 Aguiar/PB
 Alagoa Grande/PB
 Alagoa Nova/PB
 Alagoinha/PB
 Alcantil/PB
 Algodão de Jandaira/PB
 Alhandra/PB
 Amparo/PB
 Aparecida/PB
 Araçagi/PB
 Arara/PB
 Araruna/PB
 Areia de Baraúnas/PB
 Areia/PB
 Areial/PB
 Aroeiras/PB
 Assunção/PB
 Baía da Traição/PB
 Bananeiras/PB
 Baraúna/PB
 Barra de Santa Rosa/PB
 Barra de Santana/PB
 Barra de São Miguel/PB
 Bayeux/PB
 Belém do Brejo do Cruz/PB
 Belém/PB
 Bernardino Batista/PB
 Boa Ventura/PB
 Boa Vista/PB
 Bom Jesus/PB
 Bom Sucesso/PB
 Bonito de Santa Fé/PB
 Boqueirão/PB
 Borborema/PB
 Brejo do Cruz/PB
 Brejo dos Santos/PB
 Caaporá/PB
 Cabaceiras/PB
 Cabedelo/PB
 Cachoeira dos Índios/PB
 Cacimba de Areia/PB
 Cacimba de Dentro/PB
 Cacimbas/PB
 Caiçara/PB
 Cajazeiras/PB
 Cajazeirinhas/PB
 Caldas Brandão/PB
 Camalaú/PB

Campina Grande/PB
Capim/PB
Caraubas/PB
Carrapateira/PB
Casserengue/PB
Catingueira/PB
Catoí do Rocha/PB
Caturité/PB
Conceição/PB
Condado/PB
Conde/PB
Congo/PB
Coremas/PB
Coxixola/PB
Cruz do Espírito Santo/PB
Cubati/PB
Cuité de Mamanguape/PB
Cuité/PB
Cuitegi/PB
Curral de Cima/PB
Curral Velho/PB
Damião/PB
Desterro/PB
Diamante/PB
Dona Inês/PB
Duas Estradas/PB
Emas/PB
Esperança/PB
Fagundes/PB
Frei Martinho/PB
Gado Bravo/PB
Guarabira/PB
Gurinhém/PB
Gurjão/PB
Ibiara/PB
Igaracy/PB
Imaculada/PB
Ingá/PB
Itabaiana/PB
Itaporanga/PB
Itapororoca/PB
Itatuba/PB
Jacaraú/PB
Jericó/PB
João Pessoa/PB
Joca Claudino/PB
Juarez Távora/PB
Juazeirinho/PB
Junco do Seridó/PB
Juripiranga/PB
Juru/PB
Lagoa de Dentro/PB
Lagoa Seca/PB
Lagoa/PB
Lastro/PB
Livramento/PB
Logradouro/PB
Lucena/PB
Mãe d'Água/PB
Malta/PB
Mamanguape/PB
Manaira/PB
Marcação/PB
Marí/PB
Marizópolis/PB
Massaranduba/PB
Mataraca/PB
Matinhas/PB
Mato Grosso/PB
Maturéia/PB
Mogéiro/PB
Montadas/PB
Monte Horobe/PB
Monteiro/PB
Mulungu/PB
Natuba/PB
Nazarezinho/PB
Nova Floresta/PB
Nova Olinda/PB
Nova Palmeira/PB
Olho d'Água/PB
Olivedos/PB
Ouro Velho/PB
Parari/PB
Passagem/PB
Patos/PB
Paulista/PB
Pedra Branca/PB
Pedra Lavrada/PB
Pedras de Fogo/PB
Pedro Régis/PB
Piancó/PB
Picuí/PB
Pilar/PB
Pilões/PB
Pilóezinhos/PB
Pirpirituba/PB
Pitimbu/PB
Pocinhos/PB
Poço Dantas/PB
Poço de José de Moura/PB
Pombal/PB
Prata/PB
Princesa Isabel/PB
Puxinanã/PB
Queimadas/PB
Quixaba/PB
Remígio/PB
Riachão do Bacamarte/PB
Riachão do Poço/PB
Riachão/PB
Riacho de Santo Antônio/PB
Riacho dos Cavalos/PB
Rio Tinto/PB
Salgadinho/PB
Salgado de São Félix/PB
Santa Cecília/PB
Santa Cruz/PB
Santa Helena/PB
Santa Inês/PB
Santa Luzia/PB
Santa Rita/PB
Santa Teresinha/PB
Santana de Mangueira/PB
Santana dos Garrotes/PB
Santo André/PB
São Bento/PB
São Bento/PB

São Domingos do Cariri/PB
 São Domingos/PB
 São Francisco/PB
 São João do Cariri/PB
 São João do Rio do Peixe/PB
 São João do Tigre/PB
 São José da Lagoa Tapada/PB
 São José de Caiana/PB
 São José de Espinharas/PB
 São José de Piranhas/PB
 São José de Princesa/PB
 São José do Bonfim/PB
 São José do Brejo do Cruz/PB
 São José do Sabugi/PB
 São José dos Cordeiros/PB
 São José dos Ramos/PB
 São Mamede/PB
 São Miguel de Taipu/PB
 São Sebastião de Lagoa de Roça/PB
 São Sebastião do Umbuzeiro/PB
 São Vicente do Seridó/PB
 Sapé/PB
 Serra Branca/PB
 Serra da Raiz/PB
 Serra Grande/PB
 Serra Redonda/PB
 Serraria/PB
 Sertãozinho/PB
 Sobrado/PB
 Solânea/PB
 Soledade/PB
 Sossêgo/PB
 Sousa/PB
 Sumé/PB
 Tacima/PB
 Taperoá/PB
 Tavares/PB
 Teixeira/PB
 Tenório/PB
 Triunfo/PB
 Uiraúna/PB
 Umbuzeiro/PB
 Várzea/PB
 Vieirópolis/PB
 Vista Serrana/PB
 Zabelé/PB

Cláusulas

1ª Cláusula Título da Cláusula: VIGÊNCIA E DATA-BASE

Descrição da Cláusula: As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

2ª Cláusula Título da Cláusula: ABRANGÊNCIA

Descrição da Cláusula: A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados nas Empresas de Processamento de Dados**, com abrangência territorial em **Água Branca/PB, Aguiar/PB, Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova/PB, Alagoinha/PB, Alcantil/PB, Algodão de Jandaira/PB, Alhandra/PB, Amparo/PB, Aparecida/PB, Araçagi/PB, Arara/PB, Araruna/PB, Areia de Baraúnas/PB, Areia/PB, Areial/PB, Aroeiras/PB, Assunção/PB, Baía da Traição/PB, Bananeiras/PB, Baraúna/PB, Barra de Santa Rosa/PB, Barra de Santana/PB, Barra de São Miguel/PB, Bayeux/PB, Belém do Brejo do Cruz/PB, Belém/PB, Bernardino Batista/PB, Boa Ventura/PB, Boa Vista/PB, Bom Jesus/PB, Bom Sucesso/PB, Bonito de Santa Fé/PB, Boqueirão/PB, Borborema/PB, Brejo do Cruz/PB, Brejo dos Santos/PB, Caaporá/PB, Cabaceiras/PB, Cabedelo/PB, Cachoelra dos Índios/PB, Cacimba de Areia/PB, Cacimba de Dentro/PB, Cacimbas/PB, Caicara/PB, Cajazeiras/PB, Cajazeirinhas/PB, Caldas Brandão/PB, Camalaú/PB, Campina Grande/PB, Capim/PB, Caraúbas/PB, Carrapateira/PB, Casserengue/PB, Catingueira/PB, Catolé do Rocha/PB, Caturité/PB, Concelção/PB, Condado/PB, Conde/PB, Congo/PB, Coremas/PB, Coxixola/PB, Cruz do Espírito Santo/PB, Cubati/PB, Cuité de Mamanguape/PB, Cuité/PB, Cuité/PB, Curral de Cima/PB, Curral Velho/PB, Damião/PB, Desterro/PB, Diamante/PB, Dona Inês/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Frei Martinho/PB, Gado Bravo/PB, Guarabira/PB, Gurinhém/PB, Gurjão/PB, Ibiara/PB, Igaracy/PB, Imaculada/PB, Ingá/PB, Itabaiana/PB, Itaporanga/PB, Itapororoca/PB, Itatuba/PB, Jacaraú/PB, Jericó/PB, João Pessoa/PB, Joca Claudino/PB, Juarez Távora/PB, Juazeirinho/PB, Junco do Seridó/PB, Juripiranga/PB, Juru/PB, Lagoa de Dentro/PB, Lagoa Seca/PB, Lagoa/PB, Lastro/PB, Livramento/PB, Logradouro/PB, Lucena/PB, Mãe d'Água/PB, Malta/PB, Mamanguape/PB, Manaira/PB, Marcação/PB, Marí/PB, Marizópolis/PB, Massaranduba/PB, Mataraca/PB, Matinhas/PB, Mato Grosso/PB, Maturéia/PB, Mogeiro/PB, Montadas/PB, Monte Horebe/PB, Monteiro/PB, Mulungu/PB, Natuba/PB, Nazarezinho/PB, Nova Floresta/PB, Nova Olinda/PB, Nova Palmeira/PB, Olho d'Água/PB, Olivados/PB, Ouro Velho/PB, Parari/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Pedra Branca/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedras de Fogo/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Picuí/PB, Pilar/PB, Piloões/PB, Pilões/PB, Pirituba/PB, Pirituba/PB, Pitiúba/PB, Pocinhos/PB, Poço Dantas/PB, Poço de José de Moura/PB, Pombal/PB, Prata/PB, Princesa Isabel/PB, Puxinanã/PB, Queimadas/PB, Quixaba/PB, Remígio/PB, Riachão do Bacamarte/PB, Riachão do Poço/PB, Riachão/PB, Riacho de Santo Antônio/PB, Riacho dos Cavalos/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Salgado de São Félix/PB, Santa Cecília/PB, Santa Cruz/PB, Santa Helena/PB, Santa Inês/PB, Santa Luzia/PB, Santa Rita/PB, Santa Teresinha/PB, Santana de Mangueira/PB, Santana dos Garrotes/PB, Santo André/PB, São Bentinho/PB, São Bento/PB, São Domingos do Cariri/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São João do Cariri/PB, São João do Rio do Peixe/PB, São João do Tigre/PB, São José da Lagoa Tapada/PB, São José de Caiana/PB, São José de Espinharas/PB, São José de Piranhas/PB, São José de Princesa/PB, São José do Bonfim/PB, São José do Brejo do Cruz/PB, São José do Sabugi/PB, São José dos Cordeiros/PB, São José dos Ramos/PB, São Mamede/PB, São Miguel de Taipu/PB, São Sebastião de Lagoa de Roça/PB, São Sebastião do Umbuzeiro/PB, São Vicente do Seridó/PB, Sapé/PB, Serra Branca/PB, Serra da Raiz/PB, Serra Grande/PB, Serra Redonda/PB, Serraria/PB, Sertãozinho/PB, Sobrado/PB, Solânea/PB, Soledade/PB, Sossêgo/PB, Sousa/PB, Sumé/PB, Tacima/PB, Taperoá/PB, Tavares/PB, Teixeira/PB, Tenório/PB, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Umbuzeiro/PB, Várzea/PB, Vieirópolis/PB, Vista Serrana/PB e Zabelé/PB.**

3ª Cláusula Título da Cláusula: PISOS DA CATEGORIA

Grupo: Salários, Reajustes e Pagamento

SubGrupo: Piso Salarial

Descrição da Cláusula: Os empregados das empresas que exerçam as funções a seguir especificadas serão contemplados com os seguintes pisos salariais, a partir de 1º de Setembro de 2022 até 31 de agosto de 2023:

Digitadores:

R\$ 1.275,87 (um mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos).

Auxiliares de Processamento de Dados:

R\$ 1.332,35 (um mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Auxiliar Técnico em Manutenção de Computadores:

R\$ 1.384,55 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Técnico de Urna:

R\$ 1.384,55 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Auxiliar Técnico em Suporte aos Usuários de Computadores:

R\$ 1.384,55 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Técnico em Operação e Monitoração de Computadores:

R\$ 1.846,07 (um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e sete centavos).

Técnicos de Suporte a Usuários de Ambiente de Rede por Tele Atendimento (Help Desk):

R\$ 1.870,14 (um mil, oitocentos e setenta reais e quatorze centavos).

Administradores de Redes, Sistemas e Banco de Dados:

R\$ 1.906,29 (um mil, novecentos e seis reais e vinte e nove centavos).

Técnicos em Desenvolvimento de Sistemas / Aplicações e Desenvolvedor:

R\$ 1.946,49 (um mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

Técnicos em Instalação-Reparação de Provedores de Internet:

R\$ 1.712,04 (um mil, setecentos e doze reais e quatro centavos).

Analista de Informática/Sistemas:

R\$ 3.812,52 (três mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo Primeiro: Fica autorizada as empresas que já fizeram voluntariamente antecipações de reajustes, a partir de setembro de 2022, a compensarem os respectivos valores na aplicação dos novos pisos.

Parágrafo Segundo: O pagamento das diferenças salariais, oriundas deste acordo, serão pagos em uma única vez, retroativo a data-base, ou seja, 1º de setembro de 2022 e será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, quando do arquivamento definitivo no site Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando garantida a compensação de valores relativos às antecipações de reajuste que deverão ser compensados e efetuados de forma voluntária pelos empregadores, no período anterior ao referido registro no Sistema do MTE.

4ª Cláusula Título da Cláusula: DO REAJUSTE

Grupo: Salários, Reajustes e Pagamento

SubGrupo: Reajustes/Correções Salariais

Descrição da Cláusula: Para os trabalhadores (as) de Tecnologia da Informação e Processamento de Dados que ganham acima destes valores, reajustarão os salários de seus empregados em 8,83% (oito vírgula oitenta e três por cento).

Parágrafo Único: Os reajustes acima pactuados e após a sua aplicação, correspondem integralmente a aplicação do INPC 8,83% (oito vírgula oitenta e três por cento) referente ao período de 01 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022. Ficam autorizada as empresas que fizeram voluntariamente antecipações de reajustes, a compensarem os respectivos percentuais/valores na aplicação dos respectivos índices de reajuste.

5ª Cláusula Título da Cláusula: CONTRACHEQUE

Grupo: Salários, Reajustes e Pagamento

SubGrupo: Pagamento de Salário – Formas e Prazos

Descrição da Cláusula: As empresas fornecerão obrigatoriamente aos empregados, envelope mensal de pagamento ou documento equivalente, contendo especificações relativas a salários, comissões, horas extras, adicionais, repouso remunerado, bem como descontos efetuados.

6ª Cláusula Título da Cláusula: VIAGENS A SERVIÇO

Grupo: Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

SubGrupo: Outros Adicionais

Descrição da Cláusula: Quando da realização de viagens a serviço, que implique afastamento do domicílio, a empresa pagará todas as despesas de transporte, alimentação e estadia conforme necessidade dos mesmos, comprovada através de nota fiscal contendo CNPJ dos fornecedores.

7ª Cláusula Título da Cláusula: PLR

Grupo: Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

SubGrupo: Participação nos Lucros e/ou Resultados

Descrição da Cláusula: Os empregados das empresas poderão participar do Plano de Participação nos Lucros e nos Resultados de suas respectivas empresas, na forma que vier a ser estabelecida em Acordo Coletivo de Trabalho entre o SINDPD-PB e as mesmas.

Parágrafo Único: Fica vedado ao SINDPD-PB, a cobrança de taxa de registro de "Acordo de Trabalho Específico de Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) " com valor superior ao percentual de 1% (um por cento) do valor da folha mensal de pagamento da empresa.

8ª Cláusula Título da Cláusula: VALE ALIMENTAÇÃO

Grupo: Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

SubGrupo: Auxílio Alimentação

Descrição da Cláusula: As empresas fornecerão aos seus empregados o vale alimentação, no valor de R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos), não integrando aos salários, em face da sua natureza indenizatória.

Parágrafo Primeiro: Será fornecido um ticket para cada dia efetivo de trabalho no mês da respectiva utilização. Caso sejam fornecidos tickets para os dias não trabalhados, estes serão descontados no mês subsequente.

Parágrafo Segundo: É facultado as Empresas acordantes efetuarem descontos salariais relativos ao auxílio-alimentação referente à filiação ao P.A.T, até 10% (dez por cento), do valor facial do vale-alimentação.

Parágrafo Terceiro: As empresas que já pagam acima destes valores, reajustarão o auxílio alimentação de acordo com o índice INPC/IBGE do período (8,83% oito vírgula oitenta e três por cento), incidentes sobre o valor pago no mês de Agosto de 2022.

Parágrafo Quarto: O novo valor e o reajuste do Vale Alimentação são devidos a partir do mês de Setembro de 2022.

Parágrafo Quinto: O pagamento das diferenças do vale alimentação oriundas deste acordo, serão pagos em uma única vez, a partir do registro da presente convenção coletiva de trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego.

9ª Cláusula Título da Cláusula: TRANSPORTE

Grupo: Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

SubGrupo: Auxílio Transporte

Descrição da Cláusula: O benefício do vale transporte, a que se refere à Lei n° 7.418 de dezembro de 1985, poderá ser concedido e pago até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, não se integrando ao salário do empregado para nenhum fim e efeito, conforme a Lei n° 10.243 de 19 de junho de 2001.

Parágrafo Único: Fica facultada às empresas a utilização de transporte próprio, sem ônus para o empregado, cujo horário "in itinere" não será em nenhuma hipótese computado como horas de trabalho ou a disposição do empregador.

10ª Cláusula Título da Cláusula: ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Grupo: Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

SubGrupo: Auxílio Saúde

Descrição da Cláusula: As empresas que possuem mais de 50 (cinquenta) empregados no quadro, concederão a todos os seus empregados, planos de saúde, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor do plano pago pelo empregador e 50% (cinquenta por cento) do valor do plano pago pelo empregado, conforme parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro – O convênio terá como finalidade assistência médica, ambulatorial, hospitalar em enfermaria para os empregados, com liberdade de escolha do plano pelo empregador.

Parágrafo Segundo – A critério do empregado, poderá este incluir dependentes ao Convênio, sendo que o custo será suportado integralmente pelo empregado.

Parágrafo Terceiro – Deverão ser mantidas as condições mais vantajosas que presentemente sejam praticadas pela empresa contratante do convênio, a favor do empregado.

Parágrafo Quarto: Esta cláusula contemplará apenas os empregados que livremente optarem pela assistência médico-hospitalar junto à empresa,

7) DIT - Diária de Incapacidade Temporária por Acidente pessoal.

Limite de Diárias: 45 diárias no valor unitário de R\$ 20,00.

Franquia Simples: 15 (quinze) dias do período de afastamento para o empregado, cabendo ao empregador, o ressarcimento das primeiras 08 (oito) diárias de R\$20,00; e aos segurados empregados, o pagamento das demais diárias de R\$20,00 indenizáveis, limitado a 45 diárias.

Forma de Pagamento: até 07 (sete) dias após apresentação do documento que comprove a concessão do benefício concedido pela Previdência Social. R\$900,00

8) Diária de Incapacidade Temporária - Cesta Básica - Afastamento por Acidente Pessoal.

Limite de Diárias: 03 cestas no valor unitário de R\$ 191,67 mensal; Franquia Simples: 15 dias;

Forma de Pagamento: A partir do 16º dia de afastamento, devidos quando se completar 30 dias. Forma de indenização: Pago diretamente ao Segurado Principal: R\$ 575,00;

9) Cláusula Especial de Cirurgia Decorrente de Acidente Pessoal

Forma de Pagamento: Reembolso de até 37,5% (trinta e sete vírgulas cinco por cento) do capital segurado da garantia de Morte.

Os valores reembolsados por esta cláusula serão deduzidos de eventual indenização por Morte ou Invalidez Permanente por Acidente: R\$ 3.000,00

Custo Mensal do Seguro por vida: R\$ 4,70

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que possuem até 05 (cinco) empregados registrados em seu quadro funcional, deverão promover pagamento do seguro constante no caput desta cláusula em uma única vez pelo período de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas que na data da assinatura desta Convenção já contemplem seus empregados com as coberturas de seguros aqui pactuadas (com qualquer empresa seguradora) estão dispensadas da necessidade de aderirem a proposta apresentada pelo sindicato laboral. Caso as coberturas do seguro vigente sejam parciais, inferiores ou inexistentes às constantes desta CCT, as empresas se subjugarão (sub-rogarão) na obrigatoriedade do pagamento complementar a suas expensas, sem prejuízo ao empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica ainda assegurado às empresas, que na data da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, já concedam coberturas de Assistência Médica regulamentada pela A.N.S

- Agência Nacional de Saúde Suplementar, através de contratos corporativos, cujas mensalidades sejam totalmente custeadas pela empresa empregadora, contemplando coberturas Ambulatoriais, Hospitalares e Obstetrícia, a desobrigação de contemplarem no rol de coberturas e capitais segurados de suas apólices de seguros de vida e acidentes pessoais, as garantias constantes nos itens 06 e 09 do quadro de garantias e capitais segurados acima estabelecidos. Caso as coberturas constantes dos itens 06 e 09 do quadro de garantias e capitais segurados acima estabelecidos, por qualquer razão, deixem de ser suportadas e concedidas nos contratos de assistência médica firmados entre empresas contratantes e operadoras de assistência médica, fica a empresa contratante, sub-rogada à obrigação da concessão das garantias supracitadas perante ao empregado necessitado.

PARÁGRAFO QUARTO: Excepcionalmente ao exercício 2022/2023 desta Convenção Coletiva de Trabalho, no caso de ocorrência de algum sinistro em empregados lotados nas empresas com até 10(dez) empregados, em que estas não tenham contratado o seguro constante no caput desta cláusula, ficarão exclusivamente sujeitas ao pagamento da multa correspondente a 20% (vinte por cento) do maior capital segurado ao empregado ou a seus beneficiários, condicionado a adesão imediata ao seguro supracitado.

PARÁGRAFO QUINTO: Para fiel cumprimento das Garantias Securitárias e respectivos capitais segurados previstos no caput desta cláusula, ficam designados os seguintes beneficiários das garantias securitárias, como segue:

• Para Garantias Securitárias previstas nos itens 01, 02 e 03 do quadro demonstrativo no caput desta cláusula, são designados como beneficiários legais os previstos por legitimidade no Código Civil Brasileiro;

• Para Garantias Securitárias previstas nos itens 04,05,06,08,09 do quadro demonstrativo estabelecido no caput desta cláusula, são designados como beneficiários legais, os próprios empregados segurados, sendo admitido em caráter excepcional, indicação de representantes devidamente qualificados por procuração específica e adequada ao assunto.

• Para Garantia Securitária prevista no item 07 do quadro demonstrativo estabelecido no caput desta cláusula, são designados como beneficiários legais, para as indenizações devidas decorrentes dos primeiros 07 (sete) dias indenizáveis, em razão dos afastamentos superiores 15 (quinze) dias, devidamente concedidos e referendados pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, as empresas empregadoras responsáveis pelo custeio mensal dos custos (prêmios) de seguros de vida e acidentes pessoais;

• Nos afastamentos superiores 15 (quinze) dias, devidamente concedidos e referendados pelo INSS

- Instituto Nacional do Seguro Social, a partir do 16º (décimo sexto) dia de afastamento em diante, serão beneficiários do seguro, na proporção dos dias da concessão, os próprios empregados segurados, sendo admitido em caráter excepcional, indicação de representantes devidamente qualificados por procuração específica e adequada ao assunto.

24ª Cláusula Título da Cláusula: CARTA DE INFORMAÇÃO

Grupo:	Disposições Gerais
SubGrupo:	Outras Disposições
Descrição da Cláusula:	As empresas fornecerão aos empregados no ato de sua demissão, carta de informações em papel timbrado, mencionando o período trabalhado, a função exercida e abonando a conduta do empregado, nos casos de dispensa sem justa causa.

25ª Cláusula Título da Cláusula: COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Grupo:	Disposições Gerais
SubGrupo:	Outras Disposições
Descrição da Cláusula:	A presente cláusula autoriza a instituição das CCP 's (Comissões intersindicais de conciliação prévia), as quais poderão ser criadas conforme previsão do Art. 625-a da CLT, e redação dada pela lei nº 9.958 de janeiro de 2000, compostas por representante titular e suplente, indicado pelos sindicatos dos empregados, signatários desta CCT e pela FECOMÉRCIO-PB, envolvendo a categoria profissional representada pelo SINDPD-PB.

Parágrafo Primeiro: Todas as demandas individuais de natureza trabalhista, na jurisdição das Varas do Trabalho da Comarca de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, poderão ser submetidas previamente às CCP 's – Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia, conforme determina o Art. 625-D da CLT e entendimento jurisprudencial.

Parágrafo Segundo: As CCP 's – Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia funcionarão na sede do NINTER – NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA, que fornecerá toda a estrutura administrativa e assessoria jurídica as CCP 's, sendo sua sede instalada na Av. Dom Pedro I, 512, Centro, João Pessoa - PB Centro, João Pessoa, Paraíba, Cep. 58.013-522, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas do Trabalho da Comarca de João Pessoa.

Parágrafo Terceiro: A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo pela Secretaria do NINTER – Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista ou por qualquer membro da CCP 's – Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de tentativa de conciliação, entregando recibo ao demandante, sessão esta que se realizará no prazo Máximo de dez dias a contar do ingresso de demanda.

Parágrafo Quarto: Para custeio e manutenção das despesas administrativas do NINTER – NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA e da CICIP – Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia, será cobrada uma taxa exclusivamente da empresa na condição de demandada ou demandante no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

a) O NINTER - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA notificará a empresa pelo meio de notificação postal com AR, ou pessoal mediante recibo, com o mínimo de cinco dias de antecedência à realização da audiência de tentativa de conciliação, devendo constar dos autos cópia dessa notificação.

b) Da notificação constará, necessariamente, o nome do demandante, o local, a data e hora da sessão de conciliação, bem como a comunicação de que o demandado deverá comparecer pessoalmente ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir e firmar o termo de conciliação.

c) Não sendo possível realizar a audiência de conciliação nos dez dias seguintes à formulação da demanda, ou não tendo a empresa demandada sido notificada da sessão com cinco dias de antecedência, a secretaria do NINTER - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA fornecerá as partes declaração da impossibilidade de conciliação, com descrição do objeto da demanda.

d) Caso a empresa não compareça à sessão de Conciliação, o conciliador patronal ou laboral, da CCP – Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, presentes na ocasião, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia ao interessado, em seguida será expedido à mesma, boleto de cobrança no valor convencionado nos termos do Parágrafo Quarto desta Cláusula, correspondente ao ressarcimento das despesas efetuadas pelo NINTER - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA na tentativa de conciliação.

e) Em caso de não comparecimento do Demandante o procedimento da demanda será arquivado sem a expedição da declaração de frustração, podendo o Demandante renovar a demanda com o mesmo objetivo.

f) Aberta a sessão de conciliação, os conciliadores esclarecerão as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usarão os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória da demanda.

g) Não prosperando a conciliação, será fornecida ao trabalhador e ao empregador, ou seu representante, declaração da tentativa conciliatória frustrada com descrição de seu objeto, firmada pelos membros do CCP – Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

h) Aceita a conciliação, será lavrado o termo assinado pelo trabalhador, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CCP – Comissão Intersindical de Conciliação Prévia presentes à sessão, fornecendo-se uma via para cada parte interessada.

Parágrafo Quinto: O termo de conciliação é título extrajudicial e tem eficácia liberatória geral quanto ao objeto e valores discriminados, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único do Art. 625-E, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958 de 12/01/2000.

Parágrafo Sexto: Os representantes das categorias convenientes que integram as Comissões de Conciliação deverão ser membros da Diretoria das Entidades Sindicais, ou pessoas por estas contratadas.

Parágrafo Sétimo: Caberá ao NINTER - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA proporcionar as CCP 's – Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia todos os meios necessários à consecução de seu fim, como local adequado, equipamentos, pessoal para secretaria e assessoria jurídica.

26ª Cláusula Título da Cláusula: FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA CATEGORIA

Grupo: Disposições Gerais

SubGrupo: Outras Disposições

Descrição da Cláusula: Digitadores: Executar serviços básicos de digitação maciça de dados.

Auxiliares de Processamento de Dados: Executar, sobre supervisão, recepção e preparação de documentos para processamento, conferência, expedição, manuseio e controle de malotes, envelopes e numerários de caixa rápido.

Auxiliar Técnico em Manutenção de Computadores e Impressoras: Realizar instalação e configuração de computadores e impressoras, sistemas operacionais de estações de trabalho, aplicativos de automação de escritório e similares, fazer a passagem e a instalação de cabos de dados e mecanismo de ligação e periféricos e fazer manutenção física e lógica de equipamentos de baixa plataforma. Realiza a manutenção preventiva e corretiva de impressoras Multifuncionais, Laser e outras assemelhadas. Fazendo desde instalação do software até troca de peças e conserto de todas as peças de hardware.

Auxiliar Técnico em Suporte aos Usuários de Computadores: Executar atividades de apoio aos usuários, com o objetivo de esclarecer e eliminar problemas no uso de equipamentos e sistemas informatizados, que sejam usuários diretamente pelo usuário de forma presencial ou remota.

Técnicos em Operação e Monitoração de Computadores: Executar atividades de operação de equipamentos que envolvam o controle dos processos, fazer a entrada de dados em sistemas de geoprocessamento e gerenciamento eletrônico de documentos que não envolvam a digitação maciça de dados.

Técnicos de Suporte a Usuários de Ambiente de Rede por Tele atendimento (Help Desk): Realizar a abertura maciça de chamados dos usuários através de recursos telefônicos com os objetivos primários de prestar o primeiro nível de auxílio remoto de usuários de computadores, verificação de links de dados e demais fatores inerentes às redes corporativas, como: captura remota de estações de trabalho, execução de comandos remotos ou utilização de ferramentas específicas, diagnóstico e solução de problemas de hardware e software, e eventualmente deslocamento para auxílio técnico presencial nos casos em que houver necessidade. Sendo também o responsável pelo repasse das solicitações não resolvidas para outros profissionais com outro nível de experiência ou acesso a outros recursos de resolução de problemas.

Administradores de Redes, Sistemas e Banco de Dados: Administrar ambientes computacionais, definindo parâmetros de utilização de sistemas, implantando e documentando rotinas, projetos, e controlando os níveis de serviço de sistemas operacionais, banco de dados e redes. Fornecer suporte técnico no uso de equipamentos e programas e no desenvolvimento de ferramentas e aplicativos de apoio aos usuários. Orientando a criação de banco de dados, configuração e instalação de recursos e sistemas computacionais, gerenciando a segurança de ambientes computacionais.

Técnicos em Desenvolvimento de Sistemas / Aplicações e Desenvolvedor: Executar a codificação e os testes de funcionamento de programas, e desenvolver e manter sistemas de informação, realizando atividades de apoio técnico e metodológico. No caso de Web-Designers, desenvolver atividades de tratamento e geração de imagens, vídeos e textos interativos ou estáticos.

Técnico em Instalação-Reparação de Provedores de Internet: Executar a configuração de ativos de redes de nível 2 (switches / pontos de acesso e enlaces de rádio), 3 (roteadores) e 7 (balanceadores de carga) para fornecer serviços de acesso a redes de computadores – LAN, WAN e SD-WAN – através de cabeamento, realizar atendimento a clientes externos, instalação ou reparação de redes, implementar novas conexões a provedores de acesso, verificar o funcionamento dos serviços ofertados por essas empresas através desses equipamentos e atuar em questões de segurança da informação e qualidade de serviço ligados a demandas de conectividade.

Analistas de Informática/Sistemas: Desenvolver e implantar sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidades, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas e codificações de aplicativos ou sistemas. Administrar ambientes informatizados, prestando suporte técnico aos usuários, treinando e elaborando documentação técnica. Estabelecer padrões, coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados.

O uso de recursos de telefonia para contatos entre os profissionais desta categorização visando outros objetivos que não a abertura de chamados e ou atendimentos de primeiro nível ou mesmo a ocorrência extraordinária e justificada deste fato por outros profissionais que não sejam Técnicos de Suporte a Usuários de Ambiente de Rede por Tele atendimento (Help Desk), não implicará na requalificação destes outros nesta categoria.

27ª Cláusula Título da Cláusula: ANOTAÇÕES NA CTPS

Grupo: Disposições Gerais

SubGrupo: Outras Disposições

Descrição da Cláusula: Obrigam-se os empregadores a anotarem na CTPS a função efetivamente exercida pelo empregado e a remuneração fixa e/ou variável.

28ª Cláusula Título da Cláusula: CLASSIF. FUNCIONAL INDEPENDENTE DA DENOMINAÇÃO

Grupo: Disposições Gerais

SubGrupo: Outras Disposições

Descrição da Cláusula: Independente da denominação do cargo e/ou função ocupada, serão garantidos os pisos salariais relacionados acima, a partir de 1º de Setembro de 2022, a todos os trabalhadores alocados nos clientes, na prestação de serviços de informática, processamento de dados, tecnologia da informação e nanotecnologia, que por força de contratos de terceirização ou de prestação de serviços, desenvolvam serviços de tratamento de documentos oriundos de envelopes do caixa rápido, tratamento de imagem, manuseio de malotes de clientes, digitação de documentos não capturados pelo sistema de automação bancária, conferência de listagem, manuseio e arquivamento de documentos.

29ª Cláusula Título da Cláusula: RSC

Grupo: Disposições Gerais

SubGrupo: Outras Disposições

Descrição da Cláusula: O empregador se obriga a fornecer ao empregado demitido o RSC (Relação de Salários e Contribuições), do período trabalhado para comprovação perante a Previdência Social.

30ª Cláusula Título da Cláusula: TRABALHO EM HOME OFFICE/COWORKING/HIBRIDO

Grupo: Disposições Gerais

SubGrupo: Outras Disposições

Descrição da Cláusula: O trabalho exercido em casa, não ensejará qualquer outro tipo de remuneração, além do salário nominal percebido, que possa ser configurado como extraordinário, nem o empregado terá direito a percepção de qualquer outro adicional a título de hora extra, adicional noturno, sobreaviso ou outros, seja a que título for.

Parágrafo Primeiro: Para o cumprimento da jornada de trabalho exercida em "casa", o empregador e o empregado pactuarão através de Aditivo escrito ao seu contrato individual de trabalho o valor pertinente ao reembolso de despesas inerentes à atividade e/ou trabalho desenvolvido nesta condição, em relação às despesas com telefonia, provedor de Internet, energia elétrica, locação ou utilização de equipamentos, todo e qualquer insumo necessário à consecução da atividade.

Parágrafo Segundo: O empregado será cientificado pelo empregador das precauções a tomar, a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, mediante assinatura do termo de recebimento de orientações de saúde e segurança, comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.

31ª Cláusula Título da Cláusula: **ACESSO ÀS INFORMAÇÕES FUNCIONAIS****Grupo:** Disposições Gerais**SubGrupo:** Outras Disposições**Descrição da Cláusula:** As empresas garantem aos trabalhadores o acesso às informações funcionais, assegurando o direito à cópia e à ratificação de documentos.

Parágrafo Único: O empregado terá direito a um atestado de capacidade técnica que contenha suas habilidades, competências e tempo de experiência nas funções desempenhadas na empresa, que deverá ser emitido no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação por escrito do empregado à empresa e desde que comprovada a experiência na função.

32ª Cláusula Título da Cláusula: **HORAS EXTRAS****Grupo:** Disposições Gerais**SubGrupo:** Outras Disposições**Descrição da Cláusula:** O pagamento das horas extras será efetuado no mês subsequente a sua execução e apuração.

Parágrafo Primeiro - Não será aplicada essa norma relativa ao Banco de Horas para empresas que já possuam Acordo de Banco de Horas com o sindicato laboral, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, conforme legislação específica.

Parágrafo Segundo – O descumprimento do presente artigo acarretará penalidade prevista na Vigésima Cláusula desta Convenção Coletiva de Trabalho.

33ª Cláusula Título da Cláusula: **CONTRATAÇÃO PARA TELETRABALHO****Grupo:** Disposições Gerais**SubGrupo:** Outras Disposições**Descrição da Cláusula:** A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.

Parágrafo Primeiro - Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

Parágrafo Segundo - Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

Parágrafo Terceiro - As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de eventuais despesas arcadas pelo empregado, como internet, energia, cadeira, monitor, teclado e demais acessórios de escritório que possam compor o ambiente adequado a prestação do serviço ao empregador, serão previstos em contrato escrito e negociadas entre as partes.

Parágrafo Quarto: Se houver mudança na atividade de trabalho que desenvolvia presencialmente ao empregador para alguma diversa daquela, deverá ser dado treinamento nos sistemas e plataformas utilizadas pela empresa.

34ª Cláusula Título da Cláusula: **ESTABILIDADE DO PRÉ-APOSENTANDO****Grupo:** Disposições Gerais**SubGrupo:** Outras Disposições**Descrição da Cláusula:** Garante-se a estabilidade provisória no emprego durante os 12 (doze) meses que antecederem a data em que o empregado adquire direito a aposentadoria por tempo de contribuição voluntária e integral, condicionada aos seguintes requisitos:

- trabalhe na mesma empresa a mais de cinco anos;
- comprove o empregado seu tempo total de contribuição, através da apresentação do CNIS fornecido pelo INSS no momento da sua contratação, até o quinto dia útil do ano em que for adquirir o direito a estabilidade ou quando solicitado pelo empregador;
- adquirindo-se o direito à aposentadoria na forma da alínea anterior, extingue-se a estabilidade provisória.
- O Empregado perderá o direito a estabilidade provisória caso não atenda tempestivamente os requisitos das alíneas "a" e "b".

Parágrafo único: Não fará jus a estabilidade provisória desta cláusula se o empregado for dispensado por justa causa ou a pedido de demissão.

35ª Cláusula Título da Cláusula: **CURSOS, QUALIFICAÇÃO E DESCONTOS****Grupo:** Disposições Gerais**SubGrupo:** Outras Disposições**Descrição da Cláusula:** As empresas ficam previamente autorizadas a descontar do respectivo cálculo rescisório o valor integral e/ou proporcional dos cursos e certificações provenientes de qualificação profissional exercido pelo empregador que resulte em ascensão profissional e econômica no ambiente de trabalho, quando o pedido de demissão ocorrer posteriormente ao curso ofertado pela empresa, observado o prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Único: As empresas se comprometem a firmar termo individual de trabalho que estabeleça o valor investido, as condições de descontos do investimento objeto do caput desta cláusula, bem como deverão informar a forma como se dará o desconto e fixarão no termo o prazo extintivo da obrigação, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses pós certificação.

36ª Cláusula Título da Cláusula: **DIA DO PROFISSIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****Grupo:** Disposições Gerais**SubGrupo:** Outras Disposições**Descrição da Cláusula:** Em homenagem aos trabalhadores de Tecnologia da Informação, as Empresas de Tecnologia da Informação estarão fechadas na terceira segunda-feira do mês de Setembro, como se feriado fosse, nos municípios abrangidos pelo sindicato conforme a Cláusula Segunda.

Parágrafo Único: As empresas que exploram o ramo essencial, exclusivamente poderão funcionar com capacidade de 30% (trinta) por cento do pessoal efetivo no dia do Profissional de Tecnologia da Informação na Paraíba.

Anexos**Anexo I** Título do anexo: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DELIBERATIVA****Descrição do Anexo:** EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DELIBERATIVA, REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2022. [Anexo \(PDF\)](#)**Anexo II** Título do anexo: **LISTA DE PRESENÇA DE ASSEMBLEIA DELIBERATIVA****Descrição do Anexo:** LISTA DE PRESENÇA DE ASSEMBLEIA VIRTUAL E DELIBERATIVA REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2022. [Anexo \(PDF\)](#)**Anexo III** Título do anexo: **ATA DE ASSEMBLEIA VIRTUAL E DELIBERATIVA****Descrição do Anexo:** ATA DE ASSEMBLEIA VIRTUAL E DELIBERATIVA REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2022. [Anexo \(PDF\)](#)[Visualizar Instrumento Coletivo](#) [Imprimir Extrato](#)